

Publicação das
Demonstrações Contábeis do
Exercício 2016 no Diário
Oficial em 28.04.2017



**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos diretores do
INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG
GESTORES DO CONDOMÍNIO SOLIDARIEDADE
Goiânia - GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG - Gestor do Condomínio Solidariedade - CS (Entidade), - que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir, intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG - Gestor do Condomínio Solidariedade - CS, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na Nota Explicativa número "06 - PARTES RELACIONADAS" Os relatórios gerenciais apresentados, sob a responsabilidade da Entidade, foram insuficientes para concluir sobre o saldo no montante de R\$ 1.847,886,58. Portanto, ficamos impossibilitados de manifestar uma opinião quanto à valoração das possíveis contingências e seus efeitos nas demonstrações financeiras, inclusive, por meio de procedimentos alternativos de auditoria. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade auditada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria, das demonstrações contábeis, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

▪ **Subvenção a Realizar e Reconhecimento da Receita**

Os detalhes sobre a política contábil, relativos a Subvenções a realizar, proveniente de repasses da Secretária de Saúde do Estado de Goiás - SES/GO, estão correlacionados na Nota "10 SUBVENÇÕES ASSISTÊNCIAIS A REALIZAR", relacionada nas demonstrações contábeis da Entidade. A avaliação realizada pela administração da Entidade, sobre Subvenções a realizar, no valor de R\$ 5.444 milhões, envolve o pressuposto de que o acordado no Termo de Transferência de Gestão nº 003/2013, e aditivos, firmado entre a SES-GO - Secretária de Saúde do Estado de Goiás e o INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde do Condomínio Solidariedade - CS, será cumprido. A decisão concretizada pela Administração da Entidade foi de honrar com os critérios de excelência exigidos no contrato de Gestão. Neste sentido, a Entidade realizou custos/despesas, definidos em contrato, fato este que gerou um reconhecimento de Receita com atividade de saúde na ordem de R\$ 9.597 milhões, contudo, não ocasionando o reconhecimento do crédito de subvenção a favor da Entidade, em virtude do custo/despesa ter sido menor que os valores repassados, para o período em análise.

Resposta da auditoria ao assunto

Avaliamos a consistência entre a política contábil, relacionada com o registro do Crédito de Subvenções da SES/GO, e se os procedimentos contábeis foram aplicados de acordo com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade. Realizamos testes para validar se o REGIME DE COMPETÊNCIA estava sendo observado, se a receita de subvenção governamental estava reconhecida, ao longo do período necessário, e se esta foi confrontada com as despesas correspondentes. Também, verificamos que a receita não estava sendo reconhecida no momento de seu recebimento, uma vez que a Entidade necessita cumprir regras contratuais

para realizar o reconhecimento dessa receita. Contudo, realizamos uma análise da correlação entre o reconhecimento da receita de subvenção em confronto com as despesas correspondentes, uma vez que o contrato suporta o reconhecimento da receita em relação a tais custos/despesas, conforme relacionado na Nota "13 DEMONSTRATIVO DO CONTRATO DE GESTÃO E ADITIVOS", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB

▪ **Mudança no Critério Contábil**

Os detalhes sobre a política contábil, relativa a mudança de critério contábil, estão relacionados na Nota "3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS", subitem "3.2 ATIVO IMOBILIZADO", letra "a", "RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO", relacionada nas demonstrações contábeis da Entidade.

A decisão tomada pela Administração da Entidade foi de não mais reconhecer os bens tangíveis e intangíveis, adquiridos com recursos do contrato de gestão nº 091/2012, firmado entre a SES-GO - Secretária de Saúde do Estado de Goiás e o Instituto Sócrates Guanaes - ISG, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde do Condomínio Solidariedade - CS, como sendo da Entidade. Portanto, esses bens passaram a não ser registrados no grupo Ativo Imobilizado. O contrato deixa claro que tais bens são do Estado, por meio da SES-GO, e que ao final, do instrumento pactuado, estes serão devolvidos à contratante. Neste sentido, a Entidade gestora do Condomínio Solidariedade - CS optou por acatar o novo entendimento contábil.

Resposta da auditoria ao assunto

Em análise as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, em especial as Resoluções CFC N.º 1.374/11, que dá nova redação à NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL - Estrutura Conceitual, para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro e Resolução CFC N.º 1.185/09, que aprovou a NBC TG 26 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, obtém-se o entendimento que a essência sobre a forma deve prevalecer.

Em observação as referidas Resoluções, entendemos que, em circunstâncias extremamente raras, nas quais a administração da Entidade vier a concluir que a conformidade com um ou mais requisitos das normas, interações ou comunicados técnicos conduziram a uma apresentação tão enganosa, em relação as Demonstrações Contábeis, que entraria em conflito com o objetivo das demonstrações contábeis, qual seja, exigência à contínua obediência da prevalência da ESSÊNCIA SOBRE A FORMA, estabelecido na Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, a entidade não deveria aplicar esse(s) requisito(s). Neste sentido, encaminhamos consulta ao Conselho Federal de Contabilidade, o qual reconheceu que de fato esses bens deveriam ser reconhecidos diretamente em conta de resultado e confrontados com a subvenção relacionada, assegurando o controle em contas próprias, conforme previsão contratual, e atendimento a essência sobre a forma, contrariando parte dos dizeres da Resolução CFC 1.305/2010, que aprova a NBC TG 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais.

Ênfase

Continuidade das operações

Conforme descrito na Nota 13, os recursos destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pela Entidade são providos pela SES-GO, conforme previsto no Termo de Transferência de Gestão nº 003/2013 e demais aditivos, contudo, indicamos a existência de incerteza quanto a continuidade/prorrogação do contrato de gestão, prevista para conclusão em 27/06/2017. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins de comparação, foram, por essa Auditoria, examinadas de acordo com as normas de auditoria vigentes naquela data. Por ocasião, foi emitido relatório de auditoria, sem modificação, em 29 de abril de 2016.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das

demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos, também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria. A menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Goiânia – GO, 28 de abril de 2017.

Work7 Auditores Independentes SS

Joseilto Francisco Xavier

CRC 001891 GO

Contador CRC GO-012507/O-9

Balanco patrimonial
Em 31 de dezembro (Em reais)

	Nota	20 16	20 15 Reapresentado	20 15
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.962.531,63	145.473,01	145.473,01
Estoque	5	18.434,11	29.645,61	29.645,61
Total do ativo circulante		3.980.965,74	175.118,62	175.118,62
Não Circulante				
Partes relacionadas	6	1.892.747,08	1.180.666,43	1.180.666,43
Imobilizado				6.685.037,91
Intangível				9.455,66
Total do ativo não circulante		1.892.747,08	1.180.666,43	7.875.160,00
Total do ativo		5.873.712,82	1.355.785,05	8.050.278,62
Ativo com pensado	7	7.522.699,04	7.140.960,04	179.864,72
Total do ativo e do ativo com pensado		13.396.411,86	8.496.745,09	8.230.143,34
Passivo e patrimônio social				
Circulante				
Fornecedores	8	356.101,40	415.772,44	415.772,44
Obrigações tributárias	9	73.128,81	37.877,78	37.877,78
Subvenções assistências a realizar	10	5.444.482,61	442.600,41	915.966,93
Outras conta a pagar		-	459.534,42	459.534,42
Total do passivo circulante		5.873.712,82	1.355.785,05	1.829.151,57
Não Circulante				
Subvenções assistências a realizar	10	-	-	6.221.127,05
Total do passivo		5.873.712,82	1.355.785,05	8.050.278,62
Passivo com pensado		7.522.699,04	7.140.960,04	179.864,72
Total do passivo e patrimônio social e passivo com pensado		13.396.411,86	8.496.745,09	8.230.143,34

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em reais)

	Nota	20 16	20 15 Reapresentado	20 15
Receitas com restrição				
Programa atividades de saúde	11	9.597.540,19	9.388.324,04	10.063.312,36
Custos com programa				
Programa de atividades de saúde	12	(2.272.392,97)	(2.572.453,51)	(2.572.453,51)
Superávit bruto		7.325.147,22	6.815.870,53	7.490.858,85
Despesas operacionais				
Com pessoal		(3.465.129,00)	(4.271.209,12)	(4.730.743,54)
Serviços prestados por terceiros		(3.576.905,13)	(2.468.050,89)	(2.468.050,89)
Gerais e administrativas		(257.065,46)	(89.853,06)	(89.853,06)
Depreciação		-	-	(215.453,90)
Tributárias		(8.651,20)	(27.378,63)	(27.378,63)
		<u>(7.307.750,79)</u>	<u>(6.856.491,70)</u>	<u>(7.531.480,02)</u>
Déficit antes do resultado financeiro		17.396,43	(40.621,17)	(40.621,17)
Resultado financeiro				
Receitas financeiras		15.321,05	48.328,21	48.328,21
Despesas financeiras		(32.717,48)	(7.707,04)	(7.707,04)
		<u>(17.396,43)</u>	<u>40.621,17</u>	<u>40.621,17</u>
Superávit do exercício		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis. A demonstração de resultado abrangente não foi apresentada, pois não há operações registradas sobre esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente.

Demonstração das mutações do patrimônio social (Em reais)*Sem movimento***Demonstração dos fluxos de caixa**
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em reais)

	20 16	20 15 Reapresentado	20 15
Fluxos de caixa das atividades sociais			
Superávit do exercício	-	-	-
Ajustes para conciliar o superávit ao caixa oriundo das atividades sociais			
Depreciação	-	-	215.453,90
Variações nos ativos e passivos			
Estoque	11.211,50	7.746,12	7.746,12
Partes relacionadas	(712.080,65)	(901.686,86)	(901.686,86)
Fornecedores	(59.671,04)	223.264,83	223.264,83
Obrigações tributárias	35.251,03	(33.984,25)	(33.984,25)
Subvenções e assistências a realizar	5.001.882,20	(2.805.775,34)	3.888.718,23
Outras conta a pagar	(459.534,42)	459.534,42	459.534,42
Caixa e equivalentes de caixa líquidos provenientes das atividades sociais	<u>3.817.058,62</u>	<u>(3.050.901,08)</u>	<u>3.859.046,39</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de imobilizado	-	2.430.848,23	(4.469.420,84)
Aquisições de intangível	-	-	(9.678,40)
Caixa e equivalentes de caixa aplicados nas atividades de investimentos	<u>-</u>	<u>2.430.848,23</u>	<u>(4.479.099,24)</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>3.817.058,62</u>	<u>(620.052,85)</u>	<u>(620.052,85)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>145.473,01</u>	<u>765.525,86</u>	<u>765.525,86</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>3.962.531,63</u>	<u>145.473,01</u>	<u>145.473,01</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016
(em reais)

1. Contexto operacional

O Instituto Sócrates Guanaes - ISG é uma Associação Civil, de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, qualificada como Organização Social, fundada em 13 de julho de 2000, com sede e foro em Salvador, Estado da Bahia, e tem por objetivo a realização de atividades ligadas à promoção e participação ativa nas ações de ensino e pesquisa, promoção e desenvolvimento de tecnologia em gestão voltada para valorização da ética e princípios humanísticos vinculados à medicina e outras áreas da saúde, Especializada em gestão de serviços de saúde seja ela pública ou privada, utilizando-se de técnicas inovadoras de gestão e equipe altamente qualificada, vem transformando a realidade de atendimento à saúde por onde passa. Em 02 de dezembro de 2013 foi celebrado por meio do termo nº 003 /2013 a transferência da gestão do Condomínio Solidariedade para o Instituto Sócrates Guanaes. O Condomínio Solidariedade é uma unidade com natureza de Casa de Apoio e reabilitação às pessoas infectadas com HIV/AIDS. Criado em meados da década de 80 constituiu-se desde o nascimento como instituição estadual de Casa de apoio ao portador de infecção pelo vírus HIV/AIDS. Hoje encontra-se integrado ao HDT, amplificando sua atuação para doenças infectocontagiosas, porém mantendo-se ainda como casa de Apoio e Reabilitação. Sob a gestão do ISG conclui-se a 1ª etapa de obras de revitalização contemplando o refatório e à área onde está localizada a nova CASA DE APOIO dividida em: 28 hospedarias, 18 quartos, 02 vestiários (masculino e feminino), banheiro unissex, sala de convivência, 01 consultório odontológico além da compra de equipamentos e mobiliários para atender as demandas destes. Contratação de nutricionista, psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros e técnicos possibilitaram a implementação dos setores propiciando um atendimento de qualidade aos hóspedes que necessitam do serviço. Em meados de novembro de 2014 iniciou-se o segundo grande ciclo de obras e revitalização da unidade que passou a oferecer oficinas de cozinha, informática, mais um consultório odontológico, 30 leitos assistenciais além de atendimento ambulatorial para os usuários. A reinauguração ocorreu em 30.11.2015, com uma nova modelagem o que permitirá uma assistência integral e Multidisciplinar aos portadores do vírus HIV/AIDS, contribuindo para que os mesmos passem por um processo de reinserção social, familiar e no mercado de trabalho. Estes serviços contribuirão para o aumento da sobrevida dos pacientes e diminuição da hospitalização, resultando em melhores condições de vida garantindo atendimento humanizado, respeitando as diferenças comportamentais. O projeto do Condomínio Solidariedade é um projeto inovador no Estado de Goiás e o grande desafio é fazê-lo referencia nacional resgatando sua identidade inicial como quando criado na década de 80. O ano de 2016 foi desafiador para o Condomínio, pois foi o ano em que se consolidou os atendimentos do Núcleo Ambulatorial em Odontologia, Fisioterapia, Nutrição e Psicologia para pacientes com doenças infecciosas e dermatológicas. Outro serviço especializado ofertado pela unidade é o do Núcleo Psicossocial (Casa de Apoio), que oferece hospedagem para pacientes soropositivos residentes nos municípios do interior do Estado, com procedimentos de saúde a serem realizados em Goiânia. Além disso, 2016 foi um ano de preparação e amadurecimento para o início dos atendimentos do Núcleo Assistencial Hospitalar, ocorrido em Janeiro/2017 com leitos de retaguarda em cuidados prolongados.

Outras ações importantes foram desenvolvidas como as Oficinas Profissionalizantes em Artesanato e Culinária, com o objetivo de munir os pacientes com habilidades para o revertimento em sua autossustentabilidade, uma vez que na maioria das vezes é afetada pelo alto número de desemprego oriundo do preconceito e discriminação. O ano foi encerrado com chave de ouro com a concretização do 1º Encontro do Condomínio Solidariedade no Dia Mundial de Luta Contra a AIDS, que contou com discussões sobre as novas tendências que envolvem a infecção pelo vírus HIV e proporcionou às pessoas que vivem e convivem com HIV/AIDS um maior entendimento acerca dos assuntos que envolvem a doença. O evento que teve público aproximado de 150 pessoas, ainda contou com intervenções artísticas durante a programação, além de sorteio de prêmios. O Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Transferência de Gestão de nº 003/2013, firmado em 28.06.2014, foi incorporado ao Contrato de Gestão nº091/2012 do Hospital de Doenças Tropicais Dr. Anuar Auad. Desde então, proferiu uma gestão com excelência e dedicação, seguindo os princípios legais (Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência), tendo prazo previsto de encerramento em 27.06.2017.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC

As demonstrações contábeis abrangem apenas as operações do Instituto Sócrates Guanaes, vinculados ao termo de transferência nº 003/2013 do Condomínio Solidariedade - CS, e foram elaboradas com base nas práticas

contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), consubstanciadas, principalmente, no que tange à Interpretação Técnica ITG 2002, aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução CFC 1.409/2012, na Norma Brasileira de Contabilidade TG 07 (R1)- Subvenção e Assistência Governamentais, aprovada pela Resolução CFC 1.305/2010, com exceção do reconhecimento da receita em detrimento do valor do custo da depreciação, no caso de aquisição de bens com recursos do contrato de gestão, por força do entendimento da ITG 1000 - Pequenas e Médias Empresas, aprovada pela Resolução CFC 1.255/2009, cujas sínteses estão demonstradas a seguir:

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, sendo que os ativos e passivos financeiros estão mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, nos casos aplicáveis.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto.

2 Base de preparação--Continuação

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1 Instrumentos financeiros

(a) Ativos financeiros não derivativos

O Instituto tem como ativos financeiros não derivativos caixa e equivalentes de caixa e contas a receber que são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados.

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por saldos de bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com prazos de vencimentos inferiores a 90 dias, que são prontamente conversíveis em numerário.

O valor de recebíveis de contratos de gestão, refere-se a valores já aplicados às atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas - regime de competência), para os quais ainda não houve a contrapartida da subvenção, que devem ser realizadas nos primeiros dias de 2017, conforme previsto no Termo de Transferência de Gestão 003/2013 ISG/CS. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

3 Principais políticas contábeis--Continuação

3.1 Instrumentos financeiros--Continuação

(b) Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2016, os passivos financeiros não derivativos do Instituto estavam representados por fornecedores. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são registrados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

3.2 Ativo imobilizado

(a) Reconhecimento e mensuração

O Instituto Sócrates Guanaes, por meio do Termo de Transferência de gestão nº 003/2013/SES-GO, administra o CS e todos os bens adquiridos

com recursos do contrato. Pelo novo entendimento à regra contábil, esses bens deixaram de ser registrados no imobilizado e no intangível. Termo de Transferência de gestão define que tais bens são do Estado e que ao final do termo estes serão devolvidos a Secretaria de Saúde do Estado de Goiás – SES-GO. Com isso, os saldos iniciais, existentes em 01/01/2016, e os bens adquiridos no decurso do exercício passaram a ser registrados em contas de controle "contas de compensação". Estes bens, por sua vez, continuam, apenas, sendo registrados pelo custo histórico de aquisição.

(b) Depreciação

A depreciação, cuja regra define que deve ser calculada pela estimativa de vida útil, deixou de ser aplicada aos bens adquiridos com recursos do contrato de gestão, em virtude de estes não serem de propriedade do Instituto Sócrates Guanaes, mas, sim, do Estado de Goiás.

3.3 Redução ao valor recuperável ("Impairment")

O valor contábil do ativo imobilizado é revisto a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Contudo em virtude do novo entendimento à regra contábil, os bens adquiridos com recursos do Termo de Transferência de gestão nº 003/2013, deixaram de ser registrados no imobilizado e no intangível do Instituto, conforme informado no item 3.2 acima descrito. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Não houve indicação de perda no valor recuperável dos valores contábeis do ativo imobilizado do Instituto em 31 de dezembro de 2016.

3.4 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques, usando-se o custo médio ponderado móvel e, em geral, compreendem os insumos de utilização na operação do Instituto (materiais

hospitalares, medicamentos, materiais de consumo etc.), sendo que os mesmos se apresentam livres de ônus ou gravames.

3.5 Patrimônio social

O Instituto aplica integralmente, na forma da legislação aplicável, seus recursos na manutenção de seus objetivos.

3.6 Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas, mensalmente, respeitando os princípios Fundamentais de Contabilidade, em especial os Princípios da Oportunidade e da Competência. No que se refere às subvenções para custeio e investimento, estas são apropriadas em conta do passivo, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado.

3.7 Tributação

O Instituto é uma entidade sem fins lucrativos, isenta de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit, por isso nenhum imposto, sobre o lucro, foi provisionado no passivo, em face do benefício fiscal aqui descrito. A base de cálculo, para apuração do PIS, é o valor da folha de pagamento. O percentual aplicado para a apuração do PIS é de 1% sobre o valor da folha. O valor apurado é recolhido mensalmente.

3.8 Reapresentação

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu aos seguintes ajustes de exercícios anteriores no seu balanço patrimonial e fluxo de caixa de 31 de dezembro de 2015, originalmente emitidas em 29 de abril de 2016, conforme demonstrado a seguir, com base nas orientações emanadas pelo "CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro". As mudanças efetuadas não alteram as demonstrações de resultado, o patrimônio líquido e o prejuízo do exercício, demonstrados a seguir:

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015 Reapresentado	2015
Bancos conta movimento	3.962.531,63	26.347,61	26.347,61
Aplicações financeiras (*)	0,00	119.125,40	119.125,40
	<u>3.962.531,63</u>	<u>145.473,01</u>	<u>145.473,01</u>

(*) As aplicações financeiras referem-se substancialmente a CDB e a Fundo de investimento da Caixa Econômica Federal (Caixa FIC) de curtíssimo prazo remunerados a taxas de mercado. Esses saldos consistiam em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos, no curto prazo, rapidamente conversíveis em dinheiro e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Cada recurso recebido em razão do Termo de Transferência de gestão é alocado em conta-corrente que foi criada especificamente para geri-lo e aplicá-lo devidamente. Porém, o ISG é responsável pela aplicação destes recursos e todos eles estão sujeitos a restrições e/ou vinculação por parte do doador.

5 Estoque

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os estoques estavam assim compostos e estão apresentados pelo valor de custo médio de aquisição.

	2016	2015 Reapresentado	2015
Estoque	<u>18.434,11</u>	<u>29.645,61</u>	<u>29.645,61</u>

6 Partes relacionadas

	2016	2015 Reapresentado	2015
ISG - Matriz	(a) <u>44.860,50</u>	<u>61.552,28</u>	<u>61.552,28</u>
ISG - HDT	(b) <u>1.847.886,58</u>	<u>1.119.114,15</u>	<u>1.119.114,15</u>
	<u>1.892.747,08</u>	<u>1.180.666,43</u>	<u>1.180.666,43</u>

(a) Refere-se a bloqueios judiciais efetuados na conta corrente do Condomínio Solidarietàade, relativos a processos trabalhistas de ex-funcionários do ISG Matriz. Esse valor deverá ser devolvido do ISG Matriz para o Condomínio Solidarietàade.

(b) Refere-se ao saldo entre recursos transferidos do Condomínio Solidarietàade para o HDT, deduzidos dos valores que o Condomínio Solidarietàade tem a pagar ao HDT relativos, principalmente, ao custo com funcionários conforme rateio efetuado entre as partes.

7 Ativo Compensado

O grupo de contas do Ativo e do Passivo compensado refere-se aos bens patrimoniais recebidos da SES-GO e aos adquiridos durante a vigência do Termo de Transferência de gestão nº 003/2013, firmado com o Estado de Goiás, para auxiliar a prestação dos serviços propostos, apresentam os seguintes saldos em 31 de dezembro de 2016.

Custo	Bens				Benefícios				Total
	Recebido em Comodato	Móveis e Utensílios	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos de Informática	Equipamentos Hospitalares	Propriedades de Terceiros	Imobilizado em andamento	Software	
Em 31 de dezembro de 2014	179.864,72	323.672,16	8.203,30	9.432,24	27.079,50	2.115.608,88	-	-	2.661.860,80
Adição		1.243.644,08	105.000,00	47.207,00	469.856,53	2.537.713,23	66.000,00	9.678,40	4.479.099,24
Em 31 de dezembro de 2015	179.864,72	1.567.316,24	111.203,30	56.639,24	496.936,03	4.653.322,11	66.000,00	9.678,40	7.140.960,04
Adição		9.755,00	70.400,00	7.776,00	79.808,00	-	(66.000,00)	280.000,00	381.739,00
Em 31 de dezembro de 2016	179.864,72	1.577.071,24	181.603,30	64.415,24	576.744,03	4.653.322,11	-	289.678,40	7.522.699,04

8 Fornecedores

	2016	2015 Reapresentado	2015
Fornecedores de bens e mercadorias	83.547,63	38.648,82	38.648,82
Fornecedores de serviços	102.382,89	343.373,62	343.373,62
Provisão de Serviços Prestados (i)	190.171,08	33.750,00	33.750,00
	<u>356.101,40</u>	<u>415.772,44</u>	<u>415.772,44</u>

Os fornecedores de bens e mercadorias são decorrentes de aquisições, em sua grande maioria, de medicamentos, material médico hospitalar, gases medicinais e outros insumos, bem como os fornecedores de serviços, que representam o total de serviços contratados (inclusive serviços médicos e hospitalares) são todos necessários a atividade operacional para atendimento ao termo de transferência de gestão 003/2013, ISG-CS.

(i) A provisão de serviços prestados, se refere a custo/despesa da prestação de serviço, já executada, conforme contrato, porém sem a devida emissão da Nota Fiscal de Serviço. Este reconhecimento se baseia em normas contábeis para atendimento ao regime de competência.

9 Obrigações tributárias

	2016	2015 Reapresentado	2015
INSS retido de terceiros	8.242,97	15.693,06	15.693,06
ISS retido de terceiros	40.668,49	11.096,24	11.096,24
Imposto de renda retido na fonte	627,17	2.084,27	2.084,27
PIS / COFINS e CSLL retidos de terceiros	23.590,18	9.004,21	9.004,21
	<u>73.128,81</u>	<u>37.877,78</u>	<u>37.877,78</u>

10 Subvenções assistências a realizar

O montante de subvenção a realizar proveniente do termo de transferência de gestão 003/2013 ISG-CS está composto da seguinte forma:

	2016	2015 Reapresentado	2015
Subvenções Governamentais - Custeio	5.298.394,99	296.512,79	296.512,79
Subvenções Governamentais - Investimento	-	-	6.694.493,57
Subvenções Governamentais - Glosas Suspensas	146.087,62	146.087,62	146.087,62
	<u>5.444.482,61</u>	<u>442.600,41</u>	<u>7.137.093,98</u>

Abaixo segue o quadro da composição das Subvenções Assistenciais a Realizar.

Ano	Nº Meses	Período de Execução	Subvenção Recebida (+)	Rendimento aplicação (+)	Custo Imob. Anterior (-)	Outras receitas (+)	Ajustes	Custos Realizados (-)	Saldo subvenções
2013	1	01/Dez a 31/Dez	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	12	01/Jan a 31/Dez	9.470.854,98	91.399,75	2.430.848,23	0,00	0,00	6.313.879,93	817.527,55
2015	12	01/Jan a 31/Dez	13.805.942,96	48.089,57	6.694.493,57	238,64	146.087,82	10.111.640,57	442.800,43
2016	12	01/Jan a 31/Dez	14.521.628,96	486,97	6.550.218,38	14.834,08	-66.479,78	9.612.861,24	5.444.482,61
Total	37		37.798.424,88	139.976,29	15.675.560,18	15.072,72	79.607,84	28.038.380,74	5.444.482,61

A subvenção não deve ser reconhecida até que exista uma razoável segurança de que o Instituto cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à aplicação. A subvenção aqui apresentada impõe determinada condição de desempenho futuro e/ou limitações em sua aplicação, sobre o Instituto (ISG/CS), desta forma a mesma é controlada no passivo e somente após atendido os critérios de desempenho e/ou utilização do recurso é reconhecida como receita.

11 Receitas operacionais - com restrição

	2016	2015 Reapresentação	2015
Programa atividades de saúde (i)	9.597.540,19	9.388.324,04	10.083.312,36

(i) Receita de subvenção realizada em razão da execução do Termo de Transferência de gestão nº 003/2013, firmado com SES-GO - Secretaria de Saúde de Goiás, sendo em 31 de dezembro de 2016, R\$ 9.597.540,19 registrado como receita de subvenção para custeio (R\$ 10.083.312,36 em 31 de dezembro de 2015). Em 31 de dezembro de 2016 não houve investimento. Em 31 de dezembro de 2015, foi investido R\$ 215.453,80.

12 Custos com programa de atividades de saúde

	2016	2015 Reapresentado	2015
Custo de pessoal cedido (i)	1.777.517,21	1.676.484,00	1.676.484,00
Generos Alimentícios	282.400,96	564.843,58	564.843,58
Materiais em geral	82.398,51	137.524,79	137.524,79
Materiais médicos e hospitalares	17.222,93	58.917,78	58.917,78
Custos de serviços assistências e de apoio	132.853,36	134.683,36	134.683,36
Outros	0,00	0,00	0,00
	2.272.392,97	2.572.453,51	2.572.453,51

(i) Em detrimento do termo de transferência de gestão 003/2013, foram cedidos funcionários estatutários, conforme cláusula específica, para compor o quadro de pessoal do CS, cujas remunerações continuam sendo pagas pelo Estado. Em atendimento ao princípio contábil da essência sobre a forma, esses valores foram reconhecidos na contabilidade, como custo, pois em essência, o pessoal cedido trabalha no CS e são remunerados com recursos provenientes do termo de transferência de gestão nº 003/2013, mediante dedução dos valores de subvenções mensais.

13 Demonstrativo do Contrato de Gestão e Aditivos

Os valores apresentados nesse demonstrativo referem-se às parcelas a serem executadas, previstas no Termo de Transferência de Gestão Nº 003/2013, firmado entre a SES-GO - Secretaria de Saúde do Estado de Goiás e o Instituto, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no Condomínio Solidariedade, em Goiânia - GO. Conforme previsto no Termo de Transferência de Gestão, e demais aditivos o valor global a ser repassado a título de Subvenções em 31/12/2016 é de R\$ 13.553.630,52, até a conclusão do contrato (prevista para 27/06/2017). Abaixo, quadro atualizado com resumo da movimentação do contrato e Aditivos:

Período de Execução	1º Contrato vlg. 01/12/2013 a 27/06/2014	1º Termo Aditivo vlg. 28/06/2014 a 27/06/2015	3º Termo Aditivo vlg. 28/06/2015 a 27/06/2016	4º Termo Aditivo vlg. 28/06/2016 a 27/06/2017	3º Termo Aditivo Repactuação e Investimentos	2º Termo Aditivo Investimentos (Ampliação e Reforma)	3º Termo Aditivo Investimentos (Equipamentos e mobiliário)	Total Sub Prevista	Subvenção Recebida - Banco por ano	Subvenção Recebida - Glosa por ano	Total Sub Recebida	Saldo Sub a receber
01/Dez a 31/Dez	789.496,30	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	789.496,30	0,00	0,00	0,00	789.496,30
01/Jan a 31/Dez	4.658,02	4.815,92	0,00	0,00		3.094,56	0,00	12.568,50	7.891,90	1.578,94	9.470,85	3.887,16
01/Jan a 31/Dez	28,17	27,43	0,00	0,00		8,84	0,00	24,54	6,47	46,49	4,98	5,88
01/Jan a 31/Dez	0,00	4.858,02	4.859,84	0,00	360.194,98	0,00	2.181.455,81	12.059,52	12.269,66	1.538,22	13.805,90	2.140,74
01/Jan a 31/Dez	0,00	28,17	47,43	0,00				26,39	87,02	55,94	42,96	9,31
01/Jan a 31/Dez	0,00	0,00	4.700,52	10.793,92				15.494,44	12.738,44	1.783,14	14.521,62	3.113,58
01/Jan a 27/Jun	0,00	0,00	08,17	50,00				58,17	93,05	33,91	26,96	0,52
	0,00	0,00	0,00	10.440,00				10.440,00	0,00	0,00	0,00	13.553,63
	6.447,52	9.473,92	9.680,32	21.234,00	360.194,98	3.094,56	2.181.455,81	51.352,00	32.800,00	4.898,32	37.798,40	30,52
	24,47	55,60	55,60	00,00	98	8,94	,81	55,40	88,54	38,34	24,88	

14 Eventos Subsequentes

O Instituto avaliou os acontecimentos posteriores a 31 de dezembro de 2016 para fins de divulgação de eventos subsequentes, e não encontrou eventos significativos a serem divulgados

Goiânia (GO), 28 de abril de 2017.

Juracy Magalhães Neto
 Diretor presidente
 CPF: 198.323.545-87

Terêncio Sant'Ana Costa
 Superintendente Financeiro
 CPF: 053.180.415-15

Luís Carlos Patrão Novo
 Contador CRC 1RJO76580/O-3 "S" GO

Protocolo 14128